



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Plenário das Deliberações

**PARECER JURÍDICO**

**PROJETO DE LEI Nº 029/2024.**

**SÚMULA:** “ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI MUNICIPAL Nº 2.749, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”.

**AUTORIA:** Vereador Darli Luciano da Silva.

**DA CONSULTA E O SEU OBJETO**

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Foi encaminhado à Secretaria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 029 de 17 de maio de 2024, de autoria do Vereador acima citado, que *ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI MUNICIPAL Nº 2.749, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*, com o seguinte pronunciamento:

*Art. 1º Fica acrescentado o artigo 2º-A na Lei Municipal nº 2.749, de 30 de setembro de 2022, de que trata do reconhecimento da visão monocular como deficiência visual no âmbito do município de Alta Floresta-MT, como segue:*

*Art. 2º-A Fica instituído, em todo o território municipal, o dia 5 de maio de cada ano como Dia Municipal da Pessoa com Visão Monocular, em homenagem à Deputada Federal Amália Barros.*

*Art. 2º Ficam mantidos os demais dispositivos não alterados.*

*Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Da leitura da propositura, em especial, sua justificativa, o proponente assevera que: “(…). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a visão monocular é caracterizada quando a pessoa tem visão igual ou inferior a 20% em um dos olhos, enquanto no outro mantém visão normal.

As pessoas monoculares têm dificuldades com noções de distância, profundidade e espaço, o que prejudica a coordenação motora e, conseqüentemente, o equilíbrio. A deficiência pode ser ocasionada por algum tipo de acidente ou por doenças, como glaucoma, toxoplasmose e tumores.

Fica instituído, em todo o território municipal, o dia 5 de maio de cada ano como Dia Municipal da Pessoa com Visão Monocular, em homenagem à Deputada Federal Amália Barros que faz justa homenagem a quem dedicou sua vida a promover a inclusão e a igualdade para indivíduos com deficiência física com ênfase às pessoas monoculares.

Sua paixão e comprometimento com essa causa são evidentes em sua trajetória, marcada por inúmeras conquistas e contribuições significativas. Amália Barros nasceu em Mogi Mirim, formou-se em Jornalismo e aos vinte anos



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Plenário das Deliberações

*perdeu a visão de um olho devido uma toxoplasmose. Foi submetida a 15 cirurgias e precisou remover um olho, passando a usar uma prótese ocular em 2016.*

*Amália inspirou a Lei 14.126/2021, apelidada com seu nome, e que classifica a visão com apenas um olho como uma deficiência sensorial. Fundou o Instituto Amália Barros, em 2021, que foi rebatizado posteriormente como Instituto Nacional da Pessoa com Visão Monocular. O instituto realiza campanhas de doação de próteses oculares e presta assistência a monolares. Por meio dele, Amália Barros realizava campanhas de arrecadação de recursos e doações de próteses oculares e lentes esclerais.*

*Amália foi eleita Deputada Federal por Mato Grosso, integrando a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e deixou sua marca registrada com o gesto da mão cobrindo seu olho esquerdo. Faleceu em 12 de maio de 2024 em função de complicações pós cirúrgicas para retirada de nódulo no pâncreas. Portanto, é mais do que merecido esta homenagem.*

*Amália Barros por sua dedicação exemplar e contribuições extraordinárias para melhorar a vida das pessoas com deficiência física e a comunidade monocular. Sua paixão, coragem e comprometimento servem como um farol de esperança e inspiração para todos nós.*

*(...)"*

**É o sucinto relatório.**

**Passo a análise jurídica.**

Encontra-se regular e em ordem a tramitação deste Projeto de Lei. A iniciativa em relação à competência está adequada.

O artigo 30, da Constituição Federal prevê que cabe aos entes municipais, suplementar a legislação federal e estadual no que couber, para amoldar regramentos federais e estaduais às peculiaridades de cada Município, detalhando e pormenorizando as normas gerais editadas com base na competência concorrente.

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, a matéria não se insere no rol taxativo das matérias vedadas pelo art. 61 § 1º da Constituição Federal:

*Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

*§1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:*

*I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;*

*II - disponham sobre:*

*a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;*





Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Plenário das Deliberações

- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;*
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)*
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;*
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)*
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).*

No que se refere a iniciativa, vejamos a previsão contida na Lei Orgânica do Município de Alta Floresta:

*Art. 41. A iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer Vereador, Comissão da Câmara Municipal, Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.*

*§ 1º. São de iniciativa privativa do Prefeito as Leis que disponham sobre:*

*I - Matéria orçamentária e tributária;*

*II - Servidor Público, seu regime jurídico, provimento de cargos, funções e empregos públicos, estabilidade e aposentadoria;*

*III - Criação, estruturação e extinção de secretaria municipal, departamento, órgão autônomo e entidade da administração indireta;*

*IV - Criação, extinção e transformação de cargos, funções e empregos públicos na administração pública direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;*

*V - Organização da procuradoria jurídica.*

Portanto, não há qualquer empecilho na legislação quanto à iniciativa do Projeto de Lei em análise.

Destarte, o Projeto de Lei ora em análise não trata da estrutura ou da atribuição dos órgãos públicos, nem do regime jurídico de servidores públicos, nem de matéria orçamentária e tributária, tão pouco afronta o princípio da separação entre os poderes. A proposição está de acordo com o que dispõem a Constituição Federal e demais legislações pertinentes.

Portanto, diante dos aspectos formais que nos cumpre examinar neste parecer, destaca-se que não há óbices à aprovação do Projeto de Lei nº 029/2024 e ante todo o exposto e pelo acompanhamento efetuando em relação ao assunto, concluímos



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Plenário das Deliberações


pela **VIABILIDADE TÉCNICA E JURÍDICA** do Projeto de Lei Municipal nº 029/2024, não havendo óbice jurídico à sua tramitação e aprovação, cabendo à apreciação do mérito da matéria aos nobres Edis e sua regular tramitação perante as respectivas comissões.


Nesta assentada, deve-se salientar que a presente manifestação tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

O *quórum* para deliberação pelo Plenário desta Casa de Leis é o de maioria absoluta, que corresponde ao primeiro número inteiro acima da metade de todos os membros da Câmara, conforme estabelecem os artigos 174, II e 175, §2º, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Alta Floresta – MT.

Salvo melhor juízo, esse é o parecer.

Alta Floresta – MT 24 de maio de 2024.

  
**Samara C. Hammoud Costa**  
OAB/MT 6816  
Secretaria Jurídica

  
**Kathiane C. Borges**  
OAB/MT 31082  
Secretaria Jurídica